

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do
Trabalho. O Trabalho no Século XXI.

Mudanças, impactos e perspectivas.

**GT 17 - Sociología de las Profesiones. Los modelos
profesionales en debate.**

Delgad@s da Polícia Federal: profissionalismo,
gênero e diferença.

Maria Natália Barboza da Silveira
Universidade Federal de São Carlos- Doutoranda em
Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia.

São Paulo
Novembro
2012

Delgad@s da Polícia Federal: profissionalismo, gênero e diferença.

O presente trabalho analisa a carreira de delegado da Polícia Federal no estado de São Paulo, com o intuito de observar como profissão e gênero são articulados. O gênero é concebido pelo estudo como algo que é construído, e, muitas vezes, reproduzido, quando se vivencia a profissão. Assim, faz-se necessário explorar como se faz feminino e masculino, e como o padrão da heteronormatividade e a homossexualidade são vivenciados ao se trabalhar nesta carreira. O recorte espacial utilizado para a presente pesquisa é a cidade de São Paulo. A metodologia utilizada é a de entrevistas qualitativas e análises de documentos da Polícia Federal, bem como o levantamento estatístico da composição por gênero da carreira, os dados serão tratados a partir da vertente teórica da sociologia das profissões.

A pesquisa busca mostrar como profissão e gênero articulam-se, e de que forma isso pode ser experimentado no cotidiano d@s profissionais.

Palavras-chave: Delegados e delegadas da Polícia Federal, profissão, gênero, diferença, heteronormatividade.

Introdução e definição do objeto

A Polícia Federal (PF) é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, e tem como função, estabelecida de acordo com a Constituição de 1988, exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A Polícia Federal, de acordo com o artigo 144, parágrafo 1º da Constituição Brasileira, é instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira. Opera, dessa forma, na clássica função institucional de polícia.

Delegados e delegadas, tanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Federal ingressam na profissão por meio de concursos públicos. Para esses cargos não há direcionamento de vagas específicas para homens e para mulheres, como ocorre entre os oficiais da Polícia Militar. Na Polícia Civil e na Polícia Federal, é requisito mínimo ser bacharel em direito, embora não seja necessário ter experiência profissional, nem ter passado no exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Para o desenvolvimento da pesquisa será utilizado o arcabouço teórico da sociologia das profissões para analisar como se dá a construção do *ethos* profissional entre delegadas e delegados. O estudo utilizará o conceito de profissionalismo articulado por Freidson (1998), que expressa uma forma alternativa de organização do mercado de trabalho. O autor diferencia duas formas em que o conceito de profissão é utilizado. A primeira, o define como um amplo estrato de ocupações prestigiosas e variadas, em que os indivíduos passaram por um processo de inserção e formação no ensino superior, tendo a educação um peso muito maior na identificação profissional dos mesmos, do que suas habilidades ocupacionais específicas. A segunda forma de se conceber profissão pauta-se em limitadas ocupações que possuem traços ideológicos e institucionais particulares que são mais ou menos comuns. Para o autor, esse segundo modo de se pensar o conceito contribui para articular a definição de profissionalismo como um modo de organizar uma ocupação. Nesse sentido, o profissionalismo não seria apenas um status, isso porque ele produz identidades ocupacionais distintas e abrigos exclusivos no mercado que sustentam cada ocupação separada umas das outras, e muitas vezes, em oposições e conflitos (FREIDSON, 1998, p.51).

Esse segundo modo, proposto por Freidson para se pensar o conceito de profissão será aplicado no caso da Polícia Federal. Delegadas e delegados de polícia serão analisados a partir dessa conceituação.

Desenvolvimento teórico

O presente estudo trabalha com a hipótese de que talvez a grande diferença entre homossexuais que se dedicam *full time* e a mulher, é que esta bate, muitas vezes, no teto de vidro, que a impede de ascender aos altos postos da profissão, porque a maternidade é um pressuposto permanente, e impede a dedicação em tempo integral. As profissões suscitam ambivalências, fazem gênero, produzem desigualdades, todavia podem restabelecer o status do *self* que vive a discriminação social, o preconceito na sociedade, mas que se realiza muito no trabalho, podendo ser reconhecido como *expert*, e ser dignificado. Nesse sentido, verificar porque um grupo se constitui e é avaliado como possuindo um maior prestígio e reconhecimento pela sociedade é de extrema importância para entender como cada carreira se estrutura.

O objetivo geral da pesquisa será mostrar como profissão e gênero articulam-se, e como isso pode ser experimentado no cotidiano d@s profissionais, isso porque o gênero é construído e muitas vezes reproduzido, quando se vivencia a profissão. Para tanto, é imprescindível descobrir como se faz feminino e masculino, e como o padrão da heteronormatividade e a homossexualidade são experimentados na carreira.

Para o desenvolvimento do estudo foram utilizadas entrevistas qualitativas e dados quantitativos institucionais.

Ao comparar modelos de feminização das profissões na França e na Grã-Bretanha, Le Feuvre (2008) aponta duas teses para se pensar carreiras “burocráticas” e carreiras “profissionais”. Uma delas pauta-se na ideia de que a feminização em estruturas burocráticas ocorre em consonância com o fato dessas estruturas assegurarem direitos sociais, o que nas unidades de exercício liberal seria mais difícil. A segunda tese discorre que as tendências estruturais de uma profissão e a forma de concentração das mesmas, podem estar relacionadas ao fato das mulheres optarem mais pelo exercício liberal em detrimento das carreiras burocráticas. Segundo a autora, a trajetória profissional em uma

carreira burocrática é baseada na dedicação de tempo integral, e a atividade liberal possibilita uma maior flexibilização do tempo.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1 podemos verificar que 20,2 % dos servidores da Polícia Federal são mulheres, enquanto que uma maioria, cerca de 79,8% é representada por homens. A partir desses percentuais, podemos inferir que o Departamento da Polícia Federal tem uma presença majoritária de homens, podendo ser caracterizado como um “bastião masculino”(Le Feuvre , 2008). Atributos masculinos como virilidade, força, coragem e autoridade são ressaltados para atuar na carreira. É nesse contexto que a presente pesquisa visa analisar: como as mulheres ingressam nessa profissão marcadamente masculina, como foram desenvolvidas as relações entre os gêneros, a forma como as diferenças são vivenciadas e o impacto disso para o profissionalismo.

Tabela 1: quantitativo de servidores por situação funcional e sexo na Polícia Federal,2009.

Servidores	N/a	Feminino	%	Masculino	%
Servidores ativos	14.242	2708	18,27%	11.534	77,83%
Servidores cedidos	192	39	0,26%	153	1,03%
Requisitados	1	1	0,01%	-	0,00%
Nomeado em cargo em	2	1	0,01%	1	0,01%

comissão					
Exercício	4	3	0,02%	1	0,01%
desc. de					
carreira					
Estagiários	379	242	1,63%	137	0,92%
Total	14.820	2994	20,20%	11.826	79,80%

Fonte: Ministério da Justiça, Departamento da Polícia Federal, 2009.

O profissionalismo que é reconhecido pela ideologia da neutralidade, passa a ser problematizado a partir das relações entre os gêneros, o intuito do presente trabalho, nesse sentido, é pensar como se operam as desigualdades nessa forma de organização do trabalho. O monopólio do exercício da profissão, as neutralidades da expertise, as relações de confiança entre leigo e profissional, a especialização e a dedicação integral à profissão formam um conjunto de características que reproduzem a segregação sexual do trabalho. Em contrapartida, as conquistas das mulheres em termos de direitos e espaço no mundo profissional superior abrem oportunidades de empoderamento (SCOTT, 1998) diminuindo a assimetria e a subordinação feminina (BONELLI et al., 2008).

BIBLIOGRAFIA

BONELLI et al. Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 20, p. 13, 2008.

_____. (2003) *Perfil Social e de Carreira dos Delegados de polícia*. In: SADEK, Maria Tereza (Org.) *Delegados de Polícia*: IDESP: Editora Sumaré.

FEUVRE, N. & LAPEYERE N. Les 'Scripts sexues' de carrière dans les professions juridiques em

France. *Knowledge, Work & Society*. Vol.3 nº1. **Savoir, Travail et Société**, p.103-125, 2005.

FEUVRE, N. Modelos de feminização das profissões na França e Grã-Bretanha. In: BRUSCHINI et al. (Orgs). **Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, jun, 1996.

_____. **O Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo, Edusp, 1998.

_____. **Professionalism: the third logic**. Oxford: Polity Press, 2001.

RELATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, 2009.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação e Realidade Gênero e Mulheres**, Porto Alegre, v.16, n. 2, p. 5-22, 1990.

_____. Deconstruir igualdade versus diferencia: Usos de la teoria pos estructuralista para el feminismo. **Revista Feminaria**, Buenos Aires, Ano VII, n. 13, 1994.

_____. A invisibilidade da experiência. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, PUC, Proj. História, São Paulo, (16), p.297-325, fev.1998.